

**INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR SANT'ANA
ANNE CAROLINE DA SILVA**

A TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL

**PONTA GROSSA
2017**

ANNE CAROLINE DA SILVA

A TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL

Trabalho de Conclusão de Curso elaborado como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em Pedagogia na Faculdade Sant'Ana.

Prof.^a Orientadora: Lucimara Glap

**PONTA GROSSA
2017**



INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO SANT'ANA

CURSO DE PEDAGOGIA

TERMO DE APROVAÇÃO

ANNE CAROLINE DA SILVA

A TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL

Trabalho de conclusão de curso aprovado como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciado no Curso de Pedagogia, do Instituto Superior de Educação Sant'Ana, com a seguinte banca avaliadora:

Orientadora Profª. Ms Lucimara Glap *Lucimara Glap*

Banca Profª Jociane da Silva Pereira *Jociane da Silva Pereira*

Banca Profª Ms Maria Elganei Maciel *Maria Elganei Maciel*

Ponta Grossa, 27 de novembro de 2017

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à Deus que me deu energia e coragem para seguir com meu objetivo de concluir esse curso.

Agradeço a minha família que sempre me ajudou e me deu apoio em especial a minha mãe, que esteve sempre ao meu lado me incentivando em meio a tantas dificuldades e obstáculos ao longo do caminho.

Agradeço também aos meus amigos que de alguma forma ou de outra sempre me ajudaram a não desistir e me apoiaram sempre.

Agradeço aos professores que sempre tiveram paciência e sempre estavam dispostos a ajudar e a contribuir para um melhor aprendizado, agradeço em especial a minha orientadora Lucimara que me ajudou muito.

Agradeço também a Instituição que me deu oportunidade e todas as ferramentas para concluir esse ciclo de maneira satisfatória.

A todos os meus sinceros agradecimentos!

“Se a educação sozinha não transforma a sociedade,
sem ela tampouco a sociedade muda”.
(Paulo Freire)

RESUMO

A trajetória da Educação de Jovens e Adultos no Brasil, é uma pesquisa onde relata a história da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e suas dificuldades. Dessa forma busca-se através de uma pesquisa bibliográfica qualitativa, analisar fontes históricas de como a EJA se desenvolveu no Brasil até os dias atuais. Como procedimentos técnicos da pesquisa Bibliográfica. Para aprofundamento do tema foi utilizado um referencial teórico embasado nos seguintes autores: Álvaro Vieira Pinto (2005), Eliana Borges (2010), Moacir Gadotti (2009), Vera Capucho (2012). A EJA é considerada uma modalidade de ensino e aprendizagem que foi criada em 1549 com a chegada dos Jesuítas no Brasil. Nesse momento começou no país a busca pela alfabetização. Conclui-se que a pesquisa levantou uma série de dados que evidenciam que EJA é de grande importância para a alfabetização de quem não pode concluí-la na idade certa, pois ela relata também quais os motivos que afastaram esses jovens e adultos da classe escolar, e que hoje em dia os traz de volta para buscar uma educação onde possa ter uma melhor qualidade de vida tanto profissional quanto social.

Palavras-Chave: Educação, Paulo Freire, Aprendizagem

ABSTRACT

The trajectory of the Education of Youths and Adults in Brazil, is a research where it relates the history of the Education of Young and Adults (EJA) and its difficulties. In this way, through a qualitative bibliographical research, we search historical sources of how the EJA has developed in Brazil until the present day. As technical procedures of Bibliographic research. In order to deepen the theme, a theoretical framework was used based on the following authors: Álvaro Vieira Pinto (2005), Eliana Borges (2010), Moacir Gadotti (2009), Vera Capucho (2012). The EJA is considered a modality of teaching and learning that was created in 1549 with the arrival of the Jesuits in Brazil. At that moment the search for literacy began in the country. It is concluded that the research raised a series of data that show that EJA is of great importance for the literacy of those who can not conclude it at the right age, because it also reports the reasons that alienated these youngsters and adults from the school class, and that today brings them back to seek an education where they can have a better quality of life both professional and social.

Key words: Education, Paulo Freire, Learning

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEAA	Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos
CF	Constituição Federal
CNB	Câmara de Educação Básica
CNE	Conselho Nacional de Educação
CONFINTEA	Conferência Internacional de Educação de Adultos
EJA	Educação de Jovens e Adultos
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e De Valorização dos Profissionais da Educação
FUNDEF	Fundo Nacional de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização dos Professores
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MOBRAL	Movimento Brasileiro De Alfabetização
ONU	Organizações das Nações Unidas
PEI	Programa de Educação Integrada
PIB	Produto Interno Bruto
PNA	Plano Nacional de Alfabetização
PNAC	Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNE	Plano Nacional de Educação
PNLA	Programa Nacional do Livro Didático para Alfabetização de Jovens e Adultos
PROEJA	Programa Nacional de Integração da Educação Profissional
SECADI	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão
SETEC	Secretaria De Educação Profissionalizante Tecnologia
UNESCO	Organizações Das Nações Unidas Para Educação, Ciência e Cultura

SUMÁRIO

1-	INTRODUÇÃO.....	9
2	CAPÍTULO 1 - HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS.....	11
1.1	A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO TEMPO HISTÓRICO.....	11
2	CAPÍTULO 2- O CURRÍCULO E A AVALIAÇÃO NA EJA.....	22
2.1	A AVALIAÇÃO NA EJA.....	24
3	AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EJA.....	27
3.1	CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE EDUCAÇÃO PARA TODOS-1990 À 2000.....	28
3.2	V CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE EDUCAÇÃO DE ADULTOS 1997 À 2003.....	30
3.3	DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA EJA 2000.....	32
3.4	O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO E A EJA-2001 (2014–2024).....	34
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	36
	REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA.....	37

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa sobre Educação de Jovens e Adultos é de interesse da pesquisadora, por trabalhar no comércio e identificar quase que diariamente situações de atendimento a determinados clientes que possuem algum tipo de dificuldade na leitura e escrita, provavelmente por não serem alfabetizados e outros por apresentarem a leitura e escrita de forma precária. Mas o que mais impressiona é que a maior parte deles, ainda são muito jovens.

Por conta disso, indaga-se: como este fato é tão corriqueiro em um de um país que exibe um lema de Educação Para Todos? Assim, surgiu o interesse em descobrir o que leva a pessoa a não ser alfabetizada nos dias de hoje.

Sendo assim tendo como a problemática quais as dificuldades da Educação de Jovens e Adultos (EJA) em relação ao processo de ensino e aprendizagem? Relata-se através de fontes históricas o desenvolvimento dessa modalidade no Brasil até os dias atuais.

Uma das grandes dificuldades do jovem ou adulto estar fora da escola, é por que alguns deles precisam trabalhar para sustentar a família, ou por falta acesso à escola por morarem em lugares de difícil acesso, deixando assim a educação em segundo plano. Porém há um número considerável de aumento pela procura da EJA, nos dias atuais, pois buscam melhorar sua qualidade de vida profissional, retornando assim a vida escolar.

A pesquisa tem como objetivo geral analisar as práticas educativas e pedagógicas na Educação de Jovens e Adultos buscando compreender suas especificidades. Como objetivos específicos realizar uma pesquisa bibliográfica sobre a educação de jovens e adultos; verificar o processo de ensino-aprendizagem da EJA no Brasil.

Sempre o aluno traz consigo seu próprio conhecimento sobre determinados assuntos, e que aprendem no decorrer de sua vida, e isso faz com que o aluno e o professor troquem conhecimentos. Partindo disso o professor conhecendo seu aluno, terá de proporcionar a ele uma metodologia que desenvolva seu conhecimento. Essa pesquisa contribuirá de forma particular no entendimento de como é a organização do ensino da EJA, servindo de inspiração na futura atuação como docente da pesquisadora. Quanto à comunidade acadêmica servirá de fonte para novas pesquisas sobre a temática.

Para realizar a pesquisa foi utilizado a pesquisa qualitativa, pois privilegia a análise dos sujeitos envolvidos, não ser restringindo apenas ao objeto da pesquisa. Como procedimentos técnicos a Pesquisa Bibliográfica. Para aprofundamento do tema foi utilizado um referencial teórico embasado nos seguintes autores: Álvaro Vieira Pinto (2005), Moacir Gadotti (2009). Através desta pesquisa pretende-se verificar a contribuições.

A pesquisa foi elaborada em três capítulos, onde o primeiro capítulo discute a história da EJA no Brasil, como foi desenvolvida no início pelo Jesuítas, os marcos históricos dessa modalidade de ensino e suas metodologias. No segundo capítulo relata sobre o currículo e a avaliação, de que forma é estruturado o currículo para a EJA, e como acontece a avaliação nessa modalidade de ensino.

E finaliza-se com o capítulo três que aponta as políticas públicas da Educação de Jovens e Adultos, onde retrata que a EJA é vista como movimento social.

CAPÍTULO I

História da Educação e Jovens no Brasil

Ao longo da História da Educação no Brasil, percebe-se que a Educação de Jovens e Adultos (EJA) vem se consolidando e ganhando espaços cada vez mais visíveis na sociedade, pois é considerada pela LDBEN 9394/96 como modalidade de ensino.

Mas, ao longo da sua trajetória, também foi marcada por uma educação compensatória e supletiva emergencial, pois por muitos anos, foi vista somente para regularizar a vida estudantil daqueles que não o fizeram em idade correta. Assim, nota-se que a EJA sofreu um processo de escolarização com diversas práticas de conhecimentos.

Diante do exposto, e para que possamos compreender como a EJA se configurou no decorrer dos tempos, será necessário contextualizá-la historicamente.

1.1 A Educação de Jovens e Adultos no tempo histórico

Para que possamos compreender a história da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil, é preciso revisitar a história da Educação Brasileira, desse modo perceberemos como essa modalidade de ensino começou a ser efetivada.

As primeiras iniciativas surgiram no período jesuítico, que não tinha como objetivo a escolarização de conhecimentos, mas sim a iniciação do processo de “domesticação” dos índios, a justificativa para tal, se explicava segundo preceitos religiosos da igreja católica.

Nesse período a educação foi desenvolvida, por mais de dois séculos, pelos Jesuítas que estenderam seus domínios por toda a colônia, fundando colégios nos quais eram desenvolvidos uma educação clássica, humanística e acadêmica. Para Moura, (2004, p.26) a “educação de adultos teve início com a chegada dos jesuítas em 1549”. Essa educação esteve, durante séculos, em poder dos jesuítas que fundaram colégios nos quais era desenvolvida uma educação cujo objetivo inicial era formar uma elite religiosa.

Dessa forma os jesuítas começaram a desenvolver métodos de ensino para modificar a situação do Brasil, e desempenharam uma função muito importante para a alfabetização do país.

A ideia dos missionários de catequizar e educar era de acordo com as normas dos colonizadores portugueses que precisavam de mão de obra para a lavoura e outras atividades extrativistas.

Nesse momento, os professores deram início às atividades educativas com os índios e terminaram com os filhos dos proprietários de terras, onde preparava-os para assumir a ordem religiosa ou continuar os estudos das universidades. Conforme relata Moura (2003, p. 26)

Foi ela, a educação dada pelos jesuítas, transformada em educação de classe, com as características das que tão bem distinguem a aristocracia rural brasileira que atravessou todo o período colonial e imperial e atingiu o período republicano, sem ter sofrido, em suas bases, qualquer modificação estrutural, mesmo quando a demora social de educação começou a aumentar, atingindo as camadas mais baixas da população e obrigando a sociedade a ampliar sua oferta escolar.

Essa educação efetivada pelos Jesuítas, modificou a classe educacional do país, transformando o setor rural onde passou por todo o período colonial e imperial e chegou ao período republicano. Nesse momento a sociedade foi obrigada a ampliar sua oferta escolar e dar novas oportunidades para a educação.

Em 1759 os Jesuítas foram expulsos pelo Marquês de Pombal, até a chegada da família imperial em 1808, onde toda a estrutura educacional passou por mudanças. A unidade de ação pedagógica, a perfeita transição de um nível escolar para outro e a graduação foram sendo substituídas pela diversidade das disciplinas isoladas. Neste momento o estado é quem vai, pela primeira vez, assumir os encargos pela educação.

A escola pública no Brasil teve seu início com Marquês de Pombal, e os adultos que eram das classes menos privilegiadas, e que tinham interesse em estudar, não encontravam espaços, devido atenderem somente ao ensino superior.

Moura (2003 p.27) esclarece que:

com a expulsão dos jesuítas de Portugal e das colônias em 1759, pelo marquês de pombal toda a estrutura organizacional da educação passou por transformações. A

uniformidade da ação pedagógica, a perfeita transição de um nível escolar para outro e a graduação foram substituídas pela diversidade das disciplinas isoladas. Assim podemos dizer que a escola pública no Brasil teve início com Pombal os adultos das classes menos abastadas que tinha intenção de estudar não encontravam espaço na reforma Pombalina, mesmo porque a educação elementar era privilégio de poucos e essa reforma objetivou atender prioritariamente ao ensino superior.

Como relata o autor, a escola pública no Brasil deu-se início com a chegada da família imperial no Brasil, onde houve a mudança das classes pedagógicas em nível escolar. Porém a educação era privilégio somente das classes altas onde essa reforma teve como intuito atender ao ensino superior.

No início do Império, percebe-se uma tentativa de reorganização da educação, e logo a EJA passa a ser reordenada, por meio da oferta de escolas noturnas para estes alunos.

Em relação a Constituição Federal (CF) do Brasil, percebe-se que a primeira CF de 1824, possuía em seu texto a garantia da instrução primária gratuita a todos os cidadãos. Embora tenha sido garantido, historicamente, a educação primária não se efetivou, pois não foi estendida a todos os cidadãos, passou-se a responsabilidade para as Províncias, para que estas se responsabilizassem pela educação de todos (Ato Adicional de 1834), mas pelas províncias possuírem financeiramente poucos recursos acabaram por não cumprindo a lei. Desta forma, o ensino continuou sendo uma responsabilidade do Governo Federal.

É notório que neste período a elite imperial julgava ser necessário educar o povo, ou seja, oferecer educação a todos sem distinção. Dessa forma, os cidadãos seriam impedidos de praticar qualquer tipo de desordem, pois seriam “educados”.

O ensino no período noturno já existia no Brasil Império. As classes de alfabetização, destinadas a quem a idade e a necessidade de trabalhar não permitiam frequentar cursos diurnos, funcionavam à noite, em locais improvisados, dirigidas por mestres que ganhavam pequena gratificação, e a frequência dos alunos diminuía muito no decorrer do ano letivo. Registros da época dão conta de que os cursos não produziam os “resultados esperados”, mas continuavam a ser criados, motivados pelas exigências políticas da época e provavelmente obrigados pela demanda. (CARVALHO, 1978, p. 77).

Em relação à Políticas e Reformas Educacionais realizadas nesse período histórico, foi apresentado um relatório em 1876, em que haviam 200 mil alunos frequentando escolas de ensino noturno para adultos, ou seja, demonstrando que a inserção da política de EJA surtiu um efeito quantitativo.

Em relação a EJA no período republicano, percebe-se que houveram muitas “campanhas” educacionais iniciadas, mas pouco exitosas. A isso atribui-se questões de descontinuidade de políticas e programas voltadas para a EJA, pois todas essas “campanhas” buscavam na sociedade civil o apoio para sua continuidade, ou seja, esse período é marcado pela falta de apoio do poder público impossibilitando, de fato, uma política forte e sistemática em prol da EJA.

As iniciativas iniciais desse período, se estendem até a Revolução de 1930, e os formuladores e políticas veem na EJA a alfabetização voltada somente a aquisição do código alfabético, com a finalidade de instrumentalizar a população somente ao acesso à leitura e a escrita. Outra ideia, que sucede a Revolução de 1930, diz respeito a uma nova ideia educacional que começa a ser difundida a de preparar os sujeitos para as responsabilidades para com a cidadania.

Na década de 1930, o governo tinha como interesse alfabetizar as camadas menos privilegiadas com um intuito de fazê-los ler e escrever para atenderem ao desenvolvimento no processo de industrialização. Devido algumas mudanças organizacionais na política, surge uma outra ideia educacional a de preparar os sujeitos para as responsabilidades da cidadania, onde se ampliaria este direito a homens e mulheres.

Ainda no ano de 1930, as mudanças políticas econômicas possibilitaram o início da consolidação de um sistema público de educação. Com a constituição de 1934 se estabeleceu a criação de um Plano Nacional de Educação (PNE), onde se instituiu pela primeira vez a EJA como dever do Estado, onde incluiu em suas normas, o ensino primário integral, gratuito e de frequência obrigatória extensivo para adultos.

No ano de 1934, a Constituição não teve êxito, devido ao fato do presidente da república Getúlio Vargas, tornar-se um ditador, que por meio do golpe militar instituiu um regime chamado “Estado Novo”.

Com o ordenamento democrático adquirido em 1934, quando a letra da lei determinou a educação como direito de todos e obrigação dos poderes públicos, desobrigou o Estado a manter o ensino público. A constituição de 1937 foi criada

para favorecer o Estado onde tira a sua responsabilidade de uma população sem educação, portanto a sociedade se torna mais apta a aceitar tudo que lhe é imposto. Procurava favorecer apenas o ensino profissionalizante, onde prepararia os jovens e adultos para o trabalho nas indústrias.

Em 1938, é criado o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), permitindo a essa instituição que no ano de 1942 fosse incluído o Ensino Supletivo para adultos e adolescentes. Nos anos de 1940, segundo Freire (apud GADOTTI, 1979, p. 72), a Educação de Jovens e Adultos era entendida como uma extensão da escola formal.

Após a Segunda Guerra Mundial, surge a necessidade de exacerbar o incentivo ao desenvolvimento humano. Desse modo, cria-se em 1945 a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), a qual tem por objetivo promover uma educação voltada para a paz de todas as nações objetivando contribuir com os países subdesenvolvidos.

Enfim com a criação da UNESCO e com todas as leis instituídas passou-se a discutir consideravelmente a erradicação do analfabetismo em toda parcela da população brasileira, com o objetivo de diminuir as mazelas sociais.

Após o período da Ditadura Militar, o país vivencia uma ânsia pela redemocratização, pois era necessário educar o povo para a educação política por meio do voto. Então em 1947 o Ministério da Educação e Cultura (MEC) promoveu a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA), tendo com intuito de alfabetizar a grande parte da população e capacitar profissionais que atuem junto à comunidade. Já na década de 1950, houve o Segundo Congresso Nacional de Educação de EJA, onde se objetivava avaliar as ações trabalhadas na área propondo as questões referentes à qualidade do professor, materiais didáticos, adequado e as suas estruturas dos prédios escolares.

Para Gadotti (1979), a educação passa a ser vista, nesse período histórico, como necessária para o desenvolvimento comunitário, emergindo daí duas novas tendências: como educação libertadora na concepção freiriana e como educação profissional para formação de mão de obra. A partir dessas duas tendências, a CEAA inicia a elaboração de uma Lei Orgânica de Educação de Adultos. Em um primeiro momento, essa “campanha” compreendia o nível primário em dois períodos de sete meses, a segunda estava voltada para a profissionalização.

Com o decorrer dos anos, as campanhas em prol da EJA foram enfraquecendo pois não obtiveram o apoio, por meio do governo, necessário. Logo após as ações realizadas nesse período começam a ser discutidas questões ligadas ao analfabetismo tendo por base as concepções de Paulo Freire.

Paulo Freire torna-se um marco teórico na Educação de Adultos, pois buscou desenvolver uma metodologia específica para essa clientela, partindo do pressuposto que educar é um ato político, que deve servir para a libertação da sociedade.

Na década de 1960 houve a instauração do Plano Nacional de Alfabetização (PNA) que era dirigido por Paulo Freire, onde com a aprovação do Ministério da Educação, foi implantado o Sistema de Paulo Freire com nível nacional, sendo reconhecido em todo país pelo sucesso que obteve. Para Paiva (2006), pode-se dizer que a EJA na década de 1960 foi marcada em toda a sua extensão pelo método Paulo Freire, na qual a alfabetização e a humanização andavam juntas, ou seja, educação libertadora e educação funcional.

Essa metodologia que Freire desenvolveu serviu para que o aluno fosse humanizado, organizando seus pensamentos e críticas, fazendo com que o educando aprendesse de dentro para fora.

No período da Ditadura Militar em relação à EJA, houve uma “desativação” dos movimentos populares e da escolarização de Jovens e Adultos justamente por que a EJA, na visão de Freire, deve emancipar e politizar o homem, e como esse período histórico foi marcado por uma forte repressão e a educação para emancipação foi considerada como subversiva e contrária ao governo.

Desse modo, em 1967, criou-se o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), o qual foi avaliado como a primeira iniciativa importante na (EJA) durante o período da Ditadura Militar. O MOBRAL foi a primeira iniciativa importante nesse período histórico.

Para Souza (2007, p. 35), o MOBRAL possuía três características fundamentais: “independência institucional e financeira se comparada aos demais segmentos de ensino e às demais ações educacionais de adultos, articulação de uma organização operacional descentralizada e a centralização das orientações do processo educativo”. Essas três características foram fundamentais para o processo educacional, pois o movimento desenvolvia também três programas de

alfabetização: alfabetização funcional, educação integrada e desenvolvimento comunitário. Entre as três deu-se prioridade ao programa de alfabetização funcional.

O MOBRAL em 1970, começou a atuar a partir de convênios estabelecidos juntamente com as Secretarias de Educação e Comissões Municipais, atuais do Programa de Alfabetização e do Programa de Educação Integrada (PEI), tendo isso como versão compactada a 4º series iniciais do ensino primário, primeiro segmento do Ensino Fundamental). Os convênios se ampliaram a outras entidades públicas e privadas.

Neste período a Educação de Jovens e Adultos, passava a ser entendida, como um supletivo e estava prescrita em capítulo próprio da Lei 5.692/71, onde sugerindo aos estados atenderem jovens e adultos que não haviam sido matriculados ou, por diferentes razões, não concluírem o ensino de primeiro grau da época, onde hoje conhecido como ensino fundamental. Em relação ao ensino supletivo e suas especificidades a LDBEN 5692/71 no seu artigo 24 contextualiza que:

Art.24 - O ensino supletivo terá por finalidade:

- a) Suprir a escolarização regular para o adolescente e adultos que não tenham seguido ou concluído na idade própria.
- b) Proporcionar, mediante repetida volta à escola, estudos de aperfeiçoamento ou atualização para os que tenham seguido o ensino regular no todo ou em parte. Parágrafo único - O ensino supletivo abrangerá cursos e exames a serem organizados nos vários sistemas de acordo com as normas baixadas pelos respectivos Conselhos de Educação.

Art.25- O ensino supletivo abrangerá, conforme as necessidades a atender, desde a iniciação no ensino de ler, escrever e contar e a formação profissional definida em lei específica até o estudo intensivo de disciplinas do ensino regular e a atualização de conhecimentos.

§1º- Os cursos supletivos terão estrutura, duração e regime escolar que se ajustem às suas finalidades próprias e ao tipo especial de aluno a que se destinam.

§2º- Os cursos supletivos serão ministrados em classes ou mediante a utilização de rádio, televisão, correspondência e outros meios de comunicação que permitam alcançar o maior número de alunos.

Art.26- Os exames supletivos compreenderão a parte do currículo resultante do núcleo-comum, fixado pelo Conselho Federal de Educação, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular, e poderão, quando realizados para o exclusivo efeito de habilitação profissional de 2º grau, abranger somente o mínimo estabelecido pelo mesmo Conselho.

§1º- Os exames a que se refere este artigo deverão realizar-se: Ao nível de conclusão do ensino de 1º grau, para os maiores de 18 anos;

Ao nível de conclusão do ensino de 2º grau, para os maiores de 21 anos.

§2º- Os exames supletivos ficarão a cargo de estabelecimentos oficiais ou reconhecidos, indicados nos vários sistemas, anualmente, pelos respectivos Conselhos de Educação.

§3º- Os exames supletivos poderão ser unificados na jurisdição de todo um sistema de ensino, ou parte deste, de acordo com normas especiais baixadas pelo respectivo Conselho de Educação.

Art.27- Desenvolver-se-ão, ao nível de uma ou mais das quatro últimas séries do ensino de 1º grau, cursos de aprendizagem, ministrados a alunos de 14 a 18 anos, em complementação da escolarização regular, e, a esse nível ou de 2º grau, cursos intensivos de qualificação profissional.

Parágrafo único - Os cursos de aprendizagem e os de qualificação darão direito a prosseguimento de estudos quando incluírem disciplinas, áreas de estudos e atividades que os tornem equivalentes ao ensino regular, conforme estabeleçam as normas dos vários sistemas.

§2º- Os exames supletivos ficarão a cargo de estabelecimentos oficiais ou reconhecidos, indicados nos vários sistemas, anualmente, pelos respectivos Conselhos de Educação.

§3º- Os exames supletivos poderão ser unificados na jurisdição de todo um sistema de ensino, ou parte deste, de acordo com normas especiais baixadas pelo respectivo Conselho de Educação.

Art.27- Desenvolver-se-ão, ao nível de uma ou mais das quatro últimas séries do ensino de 1º grau, cursos de aprendizagem, ministrados a alunos de 14 a 18 anos, em complementação da escolarização regular, e, a esse nível ou de 2º grau, cursos intensivos de qualificação profissional.

Parágrafo único - Os cursos de aprendizagem e os de qualificação darão direito a prosseguimento de estudos quando incluírem disciplinas, áreas de estudos e atividades que os tornem equivalentes ao ensino regular, conforme estabeleçam as normas dos vários sistemas.

A LDBEN 5692/71, deixa livre aos Conselhos Estaduais para que, se organizassem e aplicassem as normas para a oferta de cursos supletivos. Assim também houve, nesse momento, a introdução das tecnologias educacionais com a finalidade de solucionar possíveis problemas que pudessem ter sido gerados nesse período.

Para Menezes (2001), em 1985 o MOBREAL foi extinto e substituído pelo projeto EDUCAR, este projeto tinha por objetivo dedicar toda sua estrutura a EJA e funcionava em parceria com os municípios e associações da sociedade civil.

Mas, no final dos anos 1980 uma nova mobilização em relação a EJA começa a se desenhar, uma parceria entre o governo e a sociedade de São Paulo assim, começa a motivar a implantação em outros estados do Brasil também.

Em relação as décadas de 1990 e 2000 podemos destacar como relevantes na EJA, primeiramente porque no ano de 1990 houve a extinção da

Fundação Educar e há o lançamento do Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania (PNAC), que é fruto das discussões iniciadas na Conferência Mundial de Educação para Todos na Tailândia. Por este motivo o ano de 1990 foi considerado o Ano Nacional da Alfabetização (SOUZA, 2007). Após a extinção da Fundação Educar, a responsabilidade pelo ensino supletivo fica a cargo dos estados e municípios, desta forma o Governo Federal isenta-se de responsabilidade sobre o mesmo.

No período de 1992 a 1994 (Governo Itamar Franco), aponta-se a necessidade de construir uma diretriz de política educacional diretamente voltada para a EJA, e que essas formulações fossem contempladas dentro do Plano Decenal de Educação (PDE).

Em 1995 o Programa Comunidade Solidária é lançado o Programa Comunidade Solidária, a respeito desse programa Draibe (2003, p. 74) pontua que:

Programa Comunidade Solidária, foi concebido como uma estratégia inovadora de coordenação das ações federais, em parceria com estados, municípios e sociedade, segundo os princípios da descentralização e da solidariedade. Na sua frente pública e sob a ação supervisora da Secretaria Executiva, foram selecionados vinte programas a serem canalizados, em ação simultânea, aos segmentos sociais mais carentes, focalizados pelos critérios territorial (municípios) e de renda (familiar). Na sua frente não-governamental, o Conselho do Programa Comunidade Solidária foi entendido como um mecanismo de articulação entre o governo federal e a sociedade civil, visando à mobilização, ao diálogo e à implementação de experiências inovadora

Esse programa foi presidido pela então primeira dama Ruth Cardoso, tendo por objetivo diminuir a exclusão social e a pobreza. Em 1996 é criado a Alfabetização Solidária e o Programa de Capacitação Solidária e também o Programa Voluntários (DRAIBE, 2003).

Dentre as ações realizadas nos anos de 1990 e 2000 podemos citar como as mais importantes, ou seja, as que causaram um maior impacto em relação as ações educacionais realizadas nessa época foram: O Programa Comunidade Solitária e Alfabetização Solidária.

Percebe-se que após todas essas ações voltadas em prol de se estabelecer uma política educacional forte em relação a EJA a LDBEN 9394/96 inclui em seu corpus dois artigos que discutem especificamente a EJA no Brasil, e

também o entendimento de que a EJA é uma modalidade de ensino e não pode ser tratada como ensino supletivo.

Logo após a promulgação da LDBEN no ano de 1996, há no ano de 1997 a V Conferência Internacional de Educação de Adultos (CONFITEA) representando um marco legal importante para a EJA (DRAIBE, 2003).

No ano de 2000, é aprovada as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos onde constaram 26 (vinte e seis) metas expressas para essa modalidade, pois era necessário estabelecer diretrizes emergenciais para a erradicação do analfabetismo no Brasil, e desta forma alfabetizar todos aqueles que em idade certa não o fizeram.

Segundo dados do MEC no mesmo ano, o índice de analfabetismo no Brasil foi de 12,4%, apontado como grande avanço, perante as taxas mais elevadas apresentadas em anos anteriores. Ainda em 2001, teve a implantação do Programa Recomeço, que crescia significativamente o orçamento para a modalidade de ensino, que até o momento era mantida pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização dos Professores (FUNDEF).

Em 2003, iniciou-se a Alfabetização das Nações Unidas, estimulando muitas ações em prol da Educação para todos (UNESCO). Essas ações estimularam novos programas e projetos para a erradicação do analfabetismo e a Educação de Jovens e Adultos.

No ano de 2003, o Governo Federal lançou o Programa Brasil Alfabetizado, esse programa segundo o MEC, era voltado para alfabetização de jovens, adultos e idosos, onde teriam atendimento em todo o território nacional, porém priorizava os municípios que possuíam a taxa de analfabetismo igual ou maior que 25%. Este programa atuava com o apoio de entidades, fora o orçamento do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Em 2005, foi criada a Secretária de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI). Esta secretaria atuava em muitas áreas, mas priorizava a Educação de Jovens e Adultos. Tinha como objetivo diminuir a desigualdade educacional por meio de todos os cidadãos em políticas públicas, onde houvesse ampliação do acesso à educação.

No ano de 2005, criou-se o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional (PROEJA), de acordo com o Decreto nº 5.478, 24 de junho de 2005. No ano seguinte, o Decreto nº 5840, de 13 de julho de 2006, substituiu o ano

interior e aumentou a abrangência do PROEJA, onde incluiu também para o ensino fundamental da EJA.

De acordo com portal do MEC, o projeto contribuiu para superação do quadro de analfabetismo da EJA na educação brasileira, os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), mostrados em 2003: 68 milhões de jovens e adultos trabalhadores com 15 anos ou mais, que não concluíram o Ensino Fundamental e 6 milhões (8,8%) estão matriculados em EJA.

O projeto em suas ações no sentido da educação profissional à educação básica, tem como objetivo a superação das diferenças entre o trabalho manual e o intelectual. Estados e municípios que tem o projeto, possuem fontes de recursos do FUNDEB, e também participam do programa Brasil Profissionalizado, da Secretaria de Educação Profissionalizante Tecnológico (SETEC).

Em 2007, iniciou o Programa Nacional do Livro Didático para a Alfabetização de Jovens e Adultos (PNLA), onde oferece a coleção de cadernos da EJA, para o Ensino Fundamental de jovens e adultos até a 8º serie (9º ano) para as escolas públicas.

No ano de 2009, iniciou no Brasil a VI CONFINTEA, qual tinha como tema: “VIVENDO E APRENDENDO PARA UM FUTURO VIAVEL”: o poder da aprendizagem e da educação de adultos. Esta conferência proporcionou um diálogo sobre políticas públicas educacionais, nesta última década, notou-se que a sociedade civil continuou o desenvolvimento da EJA com ações e movimentos de alfabetização.

A história da EJA no Brasil, permitiu que houvessem programas ativos até os dias atuais. Portanto na história do Brasil, a Educação de Jovens e Adultos ao longo dos séculos foi sofrendo mudanças entre elas avanços e retrocessos. Percebe-se que há um olhar compensatório, onde atualmente inclui-se maior relevância presente em várias políticas públicas educacionais.

A EJA é considerada uma modalidade própria, porém necessita de muita atenção dos estudiosos e políticos, para que seja aplicada com sucesso, rumo ao fim do analfabetismo.

CAPÍTULO 2

O CURRÍCULO E A AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Neste capítulo, discutiremos como o currículo e a avaliação na EJA são concebidos, e para haja uma discussão inicial do currículo. Pois, para Furquim (1996, p. 187) “currículo pode ser ainda entendido como aquilo que é realmente ensinado nas salas de aula e que está às vezes muito distante daquilo que é oficialmente prescrito”.

De acordo com o autor entende-se que o currículo não é necessariamente o que está prescrito, ou seja, há várias formas de utilizar o currículo dentro do espaço escolar, seja ele por meios formais ou informais. O professor deve utilizar métodos que façam com que o aluno entenda o que é certo e errado, visando a socialização no espaço escolar.

2.1 O currículo e a EJA

O currículo pode ser entendido como lugar de reprodução simbólica, ou seja, onde jogo de poder ganha espaço, como lugar de escolhas, discussão sobre o multiculturalismo, inclusão e exclusão. Essas questões fazem parte do currículo oculto. O currículo é uma das questões mais importantes da escola, pois ele dará ao professor um norte para seu trabalho pedagógico.

Tratando-se da EJA, o entendimento de currículo e sua aplicabilidade, permitirão não somente selecionar quais devem ser os conteúdos a serem aplicados aos alunos, mas quais as definições e todo o amplo contexto que o currículo assume.

O professor tem um papel muito importante na organização das atividades curriculares, onde este, se deve estar comprometido com a realidade dos alunos e da própria escola para ser revestida de significados para que haja uma boa interação de todos.

Então, ao final dos anos de 1990, o currículo começou a atender as atividades escolares para a formação do aluno, enquanto cidadão, sempre respeitando a diversidade cultural. Assim o currículo na EJA, passou a restringir uma simples listagem de conteúdos amplos, para um processo de representações de

cultura, considerando alguns problemas sociais, os aspectos culturais e suas especificidades.

A elaboração curricular tem uma reflexão filosófica, política e ideológica e educativa para permitir uma seleção adequada em conformidade com as intenções educativas.

Existe o currículo social, que constitui a uma dimensão de proteger o desenvolvimento do futuro. Isso pode ser chamado também de prospectiva, ou seja, a partir da proteção é possível desenvolver valores democráticos e comunitários, baseado em reflexões e análises das práticas sociais e vigentes (CURY, 1996).

O currículo se estrutura pela construção coletiva entre professores, alunos, especialistas, família e comunidade, constituindo-se além do planejamento e sendo também a própria prática.

Partindo de um entendimento de currículo, é possível elaborar uma proposta curricular para a Educação de Jovens e Adultos. Lemos (1999, p. 21) aponta que alguns pontos podem ser considerados:

- A diversidade do público a que se destina;
- A geração de modelos que atendam às realidades específicas, em relação aos alunos e à organização curricular do trabalho pedagógico (carga horária, duração, sequenciação de ensino, composição de turmas, entre outros aspectos);
- A seleção e distribuição dos conteúdos curriculares que considerem o desenvolvimento da personalidade dos alunos e o atendimento às exigências sociais;
- A adequação dos conteúdos à natureza e às especificidades das diferentes áreas e as características do aluno;
- A contemplação, no currículo, dos princípios e objetivos da educação, centrado o processo de reflexão no tipo de pessoa e na sociedade que se deseja formar, que se desdobram na definição das áreas de Língua Portuguesa, Matemática, Estudo da Sociedade e da Natureza;
- Como a linha pedagógica detém-se no nível de oferecimento as pistas para o desenvolvimento de atividades mediadoras entre os objetivos e conteúdos e a inclusão de atividades para a formação profissional, deixar o tratamento metodológico ser detalhado nos programas específicos das diferentes áreas;
- A avaliação preveja a certificação e o encaminhamento de jovens e adultos para o próximo segmento.

Existe também as comunidades indígenas, ribeirinhas e quilombolas, que também fazem parte dos movimentos sociais, onde poderão empreender outras formas de organização curricular que melhor possam atender as suas demandas.

Com as propostas curriculares da EJA, devem promover a universalização de bens científicos, culturais e artísticos, ou seja, tornar como princípio educativo, visando para uma nova forma de articulação entre o trabalho, cultura, ciência e tecnologia, qual a prática e a teoria estejam entrelaçadas.

O professor deverá promover atividades intelectuais que permitam uma orientação múltipla, e ao mesmo tempo poderá estimular a necessidade de educação permanente e continua, onde possam visar atividades culturais e profissionais, para que haja domínio a relativas a pesquisa (CURY, 1999).

O currículo define-se a partir de um desenho pedagógico, onde-se trabalha valores, ensino, prática, teoria, comunidade, concepções e saberes, observando as características históricas, econômicas e socioculturais onde o processo se desenvolve.

Para que haja a elaboração de um currículo para a EJA é necessário integrar os realizar os seguintes questionamentos: Qual aluno queremos? Quais os conhecimentos necessários à sua formação? Quais os conteúdos e como organizá-los em disciplinas? Qual o tempo necessário? Qual a estrutura necessária (espaço) biblioteca, laboratório, etc.

É necessário ressaltar que há necessidades de encontros pedagógicos constantes entre os sujeitos envolvidos no processo, professores, alunos, gestores, servidores e também a comunidade.

2.2 - AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

A avaliação é uma prática escolar que vai muito além do diagnóstico da aprendizagem.

A avaliação está muito relacionada com as finalidades da educação e da escola, com a teoria curricular na qual se insere, com as políticas educacionais, com a ideia de homem e de sociedade e com os valores de cada sistema educacional (GIMENO SACRISTÁN, 1998, p 26).

De acordo com o autor a avaliação está relacionada com o processo de teorias curriculares na qual a escola está inserida, mediante o seu desempenho. A avaliação está dentro do contexto educacional qual se refere um entendimento de qualidade da educação, buscando atingir todo esse processo.

Existem muitas escolas que ofertam a EJA, e que têm na avaliação um olhar que se preocupa com os diagnósticos da aprendizagem. Os instrumentos são semelhantes ou iguais à avaliação aplicada aos alunos do Ensino Fundamental ou Médio, na modalidade Regular.

Ao fazer referência à avaliação, é preciso ultrapassar um enfoque de aprendizagem, a avaliação exige, uma reflexão sobre o contexto escolar, que não restringe atividades educativas.

Segundo Afonso (2009), a avaliação possui **quatro funções** principais: **competência, competição, conteúdo e controle**. O que determina qual das funções será mais explorada é o estilo de avaliação a ser desenvolvido na escola, dessa forma é possível o professor avaliar o desempenho do aluno, e sua dificuldade para poder melhorar sua metodologia.

A avaliação **normativa** faz referência à **competição** entre os alunos e à **comparação** de resultados, que pode acontecer em todos os níveis (micro, meso, macro e mega). Ao se citar os exames tradicionais, sem nenhum tipo de reflexão sobre a avaliação, ela é **quantitativa** (AFONSO, 2009, p,67).

Para que haja uma melhor identificação das situações dos níveis de aprendizagem de cada aluno, busca-se uma:

avaliação **formativa** busca uma avaliação criterial, realiza a **verificação** da aprendizagem dos alunos, porém de maneira **qualitativa**, pois permite o diagnóstico das dificuldades e possibilita o encontro de soluções. Esta avaliação tem como objetivo melhorar o processo de ensino-aprendizagem (AFONSO, 2009, p.35).

A avaliação formativa também é um método muito eficaz para desenvolver soluções de ensino e aprendizagem e pode-se pensar que o processo avaliativo formativo tem como objetivo de não somente refletir sobre alguns processos de aprendizagem, mas de direcionar-se para o ato de aprender.

A avaliação formativa é, pois, aquela que ajuda o aluno a aprender e o mestre a ensinar. Para enfatizar seu aspecto formativo e desvinculá-la da associação que se faz usualmente entre avaliação e notas, Perrenoud prefere falar em observação formativa, que, segundo ele, deve estar a serviço do acompanhamento da aprendizagem e da ação dialética. A avaliação formativa deve se inscrever num contrato que demanda confiança e cooperação entre professor e alunos. O professor precisa criar um clima de confiança que leve os alunos a expor suas dúvidas e seus problemas; os alunos precisam se convencer de que podem cooperar com o professor na luta contra o fracasso escolar (ANDRÉ, 1996, p. 19).

O autor comenta que o aluno não só aprende com o professor, mas que também o ensina de certa maneira, sendo assim ambos devem ter confiança um no outro para poder expor suas dúvidas, seus problemas e suas soluções.

A EJA tem uma demanda que exige uma organização curricular adequada, e uma avaliação que não restrinja os produtos esperados, sendo assim, evidenciando o aluno enquanto agente do aprender.

A avaliação da EJA deve estar articulada com a proposta pedagógica da escola, onde não pode haver a distinção da modalidade com relação a Educação Básica. Dessa forma a EJA precisa ser respeitada e ao mesmo tempo inserida no espaço escolar. No entanto deve se adequar a uma educação para todos com qualidade.

A EJA, enquanto modalidade de ensino no Brasil, tem suas próprias características como a organização de classes, conteúdos, horários, metodologias e avaliação. E deve-se ter a uma proposta flexível que seja adequada a sua realidade

A aprendizagem não ocorre de imediato, é necessário um domínio de conhecimentos específicos para que haja aprendizagem. A avaliação na EJA requer alguns recursos, para que o professor utilize em seu processo de ensino e aprendizagem, ou seja acompanhar o educando e verificando como a proposta pedagógica vai sendo desenvolvida, na tentativa de sua melhoria ao longo de seu percurso.

A avaliação tem como objetivo priorizar a qualidade do processo de aprendizagem, verificando o desempenho do educando ao longo do período letivo, seja ele bimestral ou semestral.

Dessa forma a avaliação pode favorecer o docente com a identificação de diferentes aspectos da aprendizagem, seja ele no seu desenvolvimento pessoal, afetivo, social. A avaliação deve ocorrer de uma forma contínua, sistemática e qualitativa dos conhecimentos produzidas pelos alunos.

Deve-se levar em consideração as práticas já vivenciadas pelos alunos seja ela enquanto crianças e/ou adolescentes, pois isso tem grande peso na interrupção da escolaridade e abandono da escola.

CAPÍTULO 3

As Políticas públicas para a Educação de Jovens e Adultos.

Este capítulo descreve as Políticas Públicas para a EJA, no Brasil. Percebe-se que essa modalidade da EJA, vem sendo notada por meio de movimentos sociais e populares. Devido essas características, foram estendidas as possibilidades e necessidades variadas dentro do processo de alfabetização e escolarização e formuladas leis específicas para sua manutenção na Educação.

Assim, é necessário atender a adultos que por muitas vezes tentam voltar para a escola, pois o programa da EJA no Brasil tem por finalidade propiciar um estudo de qualidade para aqueles que durante muitos anos forem excluídos do processo educacional, tornando-os reféns durante décadas.

Nos anos de 1950, o país apresentava um desenvolvimento econômico e, o adulto analfabeto não tinha direito ao voto, porém a alfabetização de adultos também teve como objetivo transformar o analfabeto em um eleitor ativo.

Em 1960, Paulo Freire notou no país um espaço favorável para a ampliação de métodos que pudessem aumentar a alfabetização da classe menos favorecida ampliando suas possibilidades de inserção no mundo do trabalho. Neste momento o analfabetismo era considerado como miséria e desigualdade social.

No contexto educacional, a legislação que, pela primeira vez, faz referência à EJA é a Lei 5692/71, em capítulo próprio sobre o Ensino Supletivo. “Esta modalidade de ensino foi regulamentada tendo as seguintes funções básicas: a suplência, o suprimento, a aprendizagem e a qualificação, mediante a oferta de cursos e exames supletivos” (SOARES, 2001, p.206). As políticas educacionais relacionadas à EJA têm princípio com a Constituição Federal de 1988, com o Título dos Direitos Individuais e Coletivos, sendo que o direito à Educação a todos os cidadãos brasileiros, visto que o artigo 208 diz que: Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria (BRASIL, 1988).

De acordo com a Constituição Federal de 1988, a LDB nº 9.394/96, delibera a EJA como uma modalidade da Educação Básica.

3.1 CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE EDUCAÇÃO PARA TODOS- 1990 à 2000

No Brasil foram adotadas medidas contra o analfabetismo, para atender ao compromisso assumido na Conferência Mundial sobre Educação para Todos. Foi na década de 1990 que os índices do analfabetismo tiveram uma queda importante.

Quadro 1 – Analfabetismo na faixa de 15 anos ou mais - Brasil - 1900/2000

Ano	Total	Analfabeta	Taxa de Analfabetismo
1900	9.728	6.348	65,3
1920	17.564	11.409	65,0
1940	23.648	13.269	56,1
1950	30.188	15.272	50,6
1960	40.233	15.964	39,7
1970	53.633	18.100	33,7
1980	74.600	19.356	25,9
1991	94.891	18.682	19,7
2000	119.533	16.295	13,6

Fonte: BRASIL, 2000.

Obs.: (1) Em milhares

(2) Em porcentagem

Contudo a erradicação do analfabetismo não foi suficiente para que o Brasil cumprisse a meta estabelecida no prazo de 10 anos como diz o documento que era reduzir o analfabetismo em relação aos índices de 1990 em 50% até o ano 2000 (UNESCO, 1990).

A Declaração Mundial sobre Educação para Todos (UNESCO,1990) veio para intervir positivamente nos dados que se seguem:

- mais de 100 milhões de crianças, das quais pelo menos 60 milhões são meninas, não têm acesso ao ensino primário;
- mais de 960 milhões de adultos - dois terços dos quais mulheres são analfabetos, e o analfabetismo funcional é um problema significativo em 6 todos os países industrializados ou em desenvolvimento;
- mais de um terço dos adultos do mundo não têm

acesso ao conhecimento impresso, às novas habilidades e tecnologias, que poderiam melhorar a qualidade de vida e ajudá-los a perceber e a adaptar-se às mudanças sociais e culturais; e

- mais de 100 milhões de crianças e incontáveis adultos não conseguem concluir o ciclo básico, e outros milhões, apesar de concluí-lo, não conseguem adquirir conhecimentos e habilidades essenciais (UNESCO, 1990).

Por meio dessa citação, percebe-se a importância de proporcionar uma educação de qualidade visando a aprendizagem de todos os jovens e adultos, com vistas a melhoria dos resultados de aprendizagem.

Diante do exposto é necessário que a EJA tenha como objetivo a alfabetização de jovens e adultos, assim percebeu-se que houve:

Redução da taxa de analfabetismo adulto à metade, digamos, do nível registrado em 1990, já no ano 2000 (a faixa etária adequada deve ser determinada em cada país). Ênfase especial deve ser conferida à alfabetização da mulher, de modo a reduzir significativamente a desigualdade existente entre os índices de alfabetização dos homens e mulheres (UNESCO, 1990).

De acordo com Haddad e Di Pierro (2000, p. 29) afirmam que “países e organismos de cooperação internacional que participaram da Conferência Mundial sobre Educação para Todos deveriam ter realizado esforços conjugados para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem de crianças, jovens e adultos”. Haddad (2001, p. 197), nos diz que os conceitos fundamentais não foram interpretados na década de 1990 de acordo com o esperado sendo as medidas e os projetos desenvolvidos voltados mais para as crianças e adolescentes. “Nessa visão, o espaço da educação de adultos no âmbito das políticas educacionais ficou restringido, quase desaparecendo em alguns casos”.

Segundo o autor Ceratti (2008):

O governo brasileiro reconhece que não cumpriu a meta estabelecida e que a concentração da população analfabeta continua coincidindo com os bolsões de pobreza do país, contudo faz um balanço positivo desta década baseado no fato de que aumentou o número de crianças, jovens e adultos na escola (UNESCO/BRASIL, 2004).

Em 1990, 155 países participaram da Conferência Mundial de Educação para Todos. Onde existe 125 milhões de crianças fora da escola e 800 milhões de analfabetos, a maioria deles são mulheres que vivem em países muito pobres. O

Brasil possui ainda mais de 16 milhões de analfabetos, se por um lado a porcentagem diminuiu, por outro o número de adultos analfabetos aumentou, ainda se considerarmos o analfabeto funcional o, “número de analfabetos salta para mais de 30 milhões de brasileiros, considerando a população de 15 anos ou mais” (BRASIL, 2003)

3.2- V CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE EDUCAÇÃO DE ADULTOS- 1997 à 2003.

Em 1997, foi realizada em Hamburgo na Alemanha a (V CONFITEA). A qual, utiliza uma concepção de formação de pessoas adultas, que tem uma educação continuada que é possível adquirir ao longo da vida.

As práticas de avaliação educacional não abrangem a os programas de educação escolar de jovens e adultos, porém as atividades socioculturais, de formação para a cidadania, qualificação e atualização para o trabalho e geração de renda, elevados por órgãos governamentais e não governamentais.

Nesse período a EJA passa organizar medidas para combater o analfabetismo de pessoas sem escolarização, a formação de jovens e adultos colabora para a melhoria da qualidade de vida.

a alfabetização, concebida como conhecimento básico, necessário a todos num mundo em transformação em sentido amplo, é um direito humano fundamental. Em toda a sociedade, a alfabetização é uma habilidade primordial em si mesma e um dos pilares para o desenvolvimento de outras habilidades. [...] A Alfabetização tem também o papel de promover a participação em atividades sociais, econômicas, políticas e culturais, além de ser requisito básico para a educação continuada durante a vida (UNESCO, 1997).

A alfabetização é um direito de todos os seres humanos, de se relacionar e ter uma habilidade de desenvolvimento social.

De acordo com a Declaração de Hamburgo deve ser seguido, alguns desígnios de desenvolvimento no ser humano visando uma sociedade participativa fundamentada aos direitos humanos.

Fortalecimento e integração das mulheres; [...] Cultura da Paz e educação para a cidadania e para a democracia; [...] Saúde como direito humano básico, pois a EJA democratiza a oportunidade de acesso à saúde; [...]

Sustentabilidade ambiental; [...] A educação e a cultura de povos indígenas e nômades deve ser cultural e linguisticamente adequada às suas necessidades; [...] A população de idosos com igualdade de oportunidades de aprender; [...] A integração dos portadores de necessidades especiais, com garantia de acesso a uma educação que reconheça e responda às suas necessidades e objetivos próprios (UNESCO, 1997).

A EJA tem por finalidade levar o aluno a conhecer seus direitos e deveres como cidadãos, e integrá-los a uma educação de qualidade, onde possa conhecer as suas necessidades para novas oportunidades com maior qualidade de vida.

O relatório apresentado pelo Brasil na ocasião da reunião evidencia aumento de matrículas e de recursos financeiros destinados a EJA, sendo que em 2001, investiu 189,7 milhões de reais: em 2004, o programa foi orçado em 420 milhões de reais. No período 10 entre 2000 e 2002, o crescimento da matrícula no Brasil referente ao Ensino Fundamental na EJA foi de 25%, coube às regiões Norte e Nordeste um aumento de 48% e 102,5%, respectivamente. Vale destacar que nessas regiões se localizam os bolsões de pobreza, apresentando os maiores índices de analfabetismo (UNESCO/BRASIL, 2004).

O documento cita o relatório apresentado pela UNESCO chamando a atenção do Brasil pois mostra um declínio no financiamento público para a educação “exigindo apenas US\$ 2,8 bilhões por ano”. Porém esse acordo lembra que o “orçamento para 2003 destinado para a educação ficou em aproximadamente US\$ 1,2 bilhões” por ano, pois a preocupação que dirige esta parte do trabalho é ainda maior ao constatar que os esforços “tem se concentrado na educação básica para crianças, com a educação e aprendizagem de adultos”.

Não há como implementar políticas efetivas de EJA sem os recursos financeiros que traduzem a vontade política, em práticas de qualidade, “não houve uma ampliação significativa das oportunidades educacionais para a população brasileira jovem e adulta” (HADDAD e DI PIERRO, 2000).

O relatório da UNESCO mostra “ao mundo que a educação e aprendizagem de adultos é um direito humano fundamental e, deve continuar sendo uma responsabilidade coletiva”. Necessitando ser assumida por “organizações governamentais, não governamentais, sociedade civil, pelo setor produtivo e entidades internacionais assim como toda a família das Nações Unidas”.

Segundo o autor Ceratti (2008):

O governo brasileiro em suas “ações futuras e objetivos concretos para 2009” apresentou na ocasião da reunião de avaliação da V CONFINTEA e da Agenda para o Futuro como prioridade “assegurar a todos os brasileiros de 15 anos e mais, que não tiveram acesso à escola ou dela foram excluídos precocemente: o ingresso, a permanência e a conclusão do ensino fundamental com qualidade” (UNESCO/BRASIL, 2004).

Como relata o autor é direito do todo cidadão brasileiro ter acesso a escola e poder ter um ensino de qualidade inserido no espaço social.

3.3- DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA A EJA- 2000

A LDBEN nº 9.394/96, juntamente com as Diretrizes Curriculares para a EJA enfatizam a necessidade de considerar a educação como um direito social à cidadania.

De acordo com a Lei se considera:

Art. 1º. A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

Art. 4º. O dever do Estado com a educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de: VII. oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola (BRASIL, 1996)

A EJA é incluída como parte do ensino fundamental e médio. No Capítulo V, o Art.37 afirma:

A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria. § 1º: Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames. § 2º O Poder público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola (BRASIL, 1996).

O cumprimento das leis superiores o Conselho Nacional de Educação (CNE) e a Câmara de Educação Básica (CEB), mediante ao Parecer Nº 11, de maio

de 2000, e da Resolução Nº 1 de 5 de julho de 2000, constituem as Diretrizes Curriculares Nacionais para a EJA e a reconhece como:

[...] uma dívida social não reparada para com os que não tiveram acesso a e nem domínio da escrita e leitura como bens sociais na escola ou fora dela [...] em que a ausência de escolarização não pode e nem deve justificar uma visão preconceituosa do analfabeto ou iletrado como inculto [...] (BRASIL, 2000).

Esses documentos trouxeram importantes propostas Pedagógicas para a EJA, onde se deu início para elaboração das Diretrizes Curriculares Estaduais da EJA. Neste sentido leia-se no Parecer nº 11/00, item IX:

[...] a faixa etária, respondendo a uma alteridade específica, se torna uma mediação significativa para a ressignificação das diretrizes [...] não significa uma reprodução descontextuada face ao caráter específico da EJA. Os princípios da contextualização e do reconhecimento de identidades pessoais e das diversidades coletivas constituem-se em diretrizes nacionais dos conteúdos curriculares. [...] A contextualização se refere aos modos como estes estudantes podem dispor de seu tempo e de seu espaço. Por isso a heterogeneidade do público da EJA merece consideração cuidadosa (BRASIL, 2000).

A EJA tem um encaminhamento metodológico específico, qual respeita o adulto não o abordando como criança. Quanto às atividades desenvolvidas são específicas aos adultos, onde a apresentação de conteúdo e assuntos discutidos precisam ser do campo de vivência do adulto.

[...] a regra metodológica é: descontextualizá-los da idade escolar própria da infância e adolescência para, apreendendo e mantendo seus significados básicos, recontextualizá-los na EJA. Mas para isto é preciso ter a observação metodológico-política [...] a diversidade da escola média é necessária para contemplar as desigualdades nos pontos de partida de seu alunado, que requerem diferenças de tratamento como forma mais eficaz de garantir a todos um patamar comum nos pontos de chegada. Uma destas diversidades se expressa nos horários em que a EJA é oferecida, especialmente o noturno (BRASIL, 2000).

Os alunos da EJA, têm uma metodologia própria de ensino, onde deve-se considerar o que o aluno já traz consigo ao decorrer de sua vida.

[...]. A flexibilidade curricular deve significar um momento de aproveitamento das experiências diversas que estes alunos trazem consigo como, por exemplo, os modos pelos quais eles trabalham seus tempos e seu cotidiano. [...] O trabalho, seja pela experiência, seja pela necessidade imediata de inserção profissional merece especial destaque. A busca da alfabetização ou da complementação de estudos participa de um projeto mais amplo de cidadania que propicie inserção profissional e busca da melhoria das condições de existência. Portanto, o tratamento dos conteúdos curriculares não pode se ausentar desta premissa fundamental, prévia e

concomitante à presença em bancos escolares: a vivência do trabalho e a expectativa de melhoria de vida (BRASIL, 2000).

Então se faz necessário oferecer a essa clientela uma alfabetização que possa de imediato suprir o tempo que passou fora da escola, e o inclua no mercado de trabalho, com uma melhoria ampla, social e afetiva.

Portanto, é necessário que haja uma interação entre o aluno e o professor, para que se tenha uma troca de experiências e conhecimento, o professor aprende ao ensinar o aluno da EJA, pois ele tem seus próprios conhecimentos adquiridos ao decorrer de sua vida.

3.4-O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO E A EJA- 2001 (2014-2024)

As Políticas Públicas na EJA, são importantes para que se possa realizar o que se determina sobre o Plano Nacional de Educação (PNE)², o artigo 214 da Constituição Federal de 1988, que cita em seu texto:

A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração plurianual, visando à articulação e ao desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis e à integração das ações do poder público que conduzam à:

- I – erradicação do analfabetismo,
- II – universalização do atendimento escolar (BRASIL, 1988)

De acordo com o autor Ceratti (2008), O PNE foi um compromisso assumido na reunião de avaliação da Conferência Mundial sobre Educação Para Todos (Joimten, 1990) denominada Fórum Mundial de Educação (Senegal, Dakar, abril, 2000), foi sancionado em janeiro de 2001, entre outras medidas estabelece, programas visando alfabetizar 10 milhões de jovens e adultos, em cinco anos e, até o final da década, erradicar o analfabetismo. O PNE termina o texto da EJA apontando vinte e seis metas e objetivos a serem cumpridos nos próximos dez anos, sendo que aqui constam os mais relevantes para o que está em discussão nesse texto, sendo eles:

5.3 Objetivos e Metas

1. Estabelecer, a partir da aprovação do PNE, programas visando a alfabetizar 10 milhões de jovens e adultos, em cinco anos e, até o final da década, erradicar o analfabetismo.
2. Assegurar, em cinco anos, a oferta de educação de jovens e adultos equivalente às quatro séries iniciais do ensino fundamental para 50% da população de 15 anos e mais que não tenha atingido este nível de escolaridade.
3. Assegurar, até o final da década, a oferta de cursos equivalentes às quatro séries finais do ensino fundamental para toda a população de 15 anos e mais que concluiu as quatro séries iniciais (BRASIL, 2001).

Assim, este documento sugere a ampliação do atendimento aos jovens e adultos que estavam fora do processo educacional, portanto há muito a que se fazer. De acordo com as metas propostas pelo PNE de alfabetizar esses jovens e adultos, assegurando-lhes um ensino de qualidade e lhe dando uma oportunidade de melhor qualidade de vida.

A pesquisa teve como finalidade relatar historicamente como se deu a composição da Educação de Jovens e Adultos no país. Portanto é de interesse da pesquisadora conhecer o porquê de muitos jovens e adultos não estarem alfabetizados nos dias atuais onde hoje em dia existe essa oportunidade.

Em contato com as fontes de autores como Moura (2004) e Soares (2001), pode-se analisar os momentos em que a EJA passou pelo Brasil, onde por meio de uma pesquisa bibliográfica qualitativa, procurou-se alcançar os objetivos propostos para pesquisa.

Também se verificou como a EJA conquistou historicamente seu espaço na esfera educacional, e como o profissional da EJA deve tratar seu aluno com dignidade, respeitando a sua idade, a formulação de seus conceitos, pois existe uma metodologia com conteúdo específico para essa modalidade.

É importante relatar que o profissional da EJA não deve ignorar o que o aluno traz consigo, pois no decorrer de sua vida o mesmo adquire seus próprios conhecimentos, onde nesse momento é importante essa troca de informações entre professor e aluno.

Essa pesquisa foi de grande importância para pesquisadora, pois conseguiu-se analisar e compreender como essa modalidade que hoje é tão importante para esse aluno que não teve a oportunidade de concluir seu ensino na idade correta, pode fazê-lo. Sendo assim, permite ao mesmo uma oportunidade de adquirir conhecimentos e ter uma melhor qualidade de vida.

REFERÊNCIAS

AFONSO, A. J. **Avaliação educacional: regulação e emancipação.** São Paulo: Cortez, 2009.

ANDRÉ, M. E. D. A. **Avaliação escolar: além da meritocracia e do fracasso.** **Cadernos de Pesquisa.** São Paulo, n. 99, nov. 1996.

BRASIL, Constituição (1988) **Constituição da República Federativa do Brasil.** Organização de Alexandre de Moraes. 16,ed. São Paulo: Atlas, 2000.

BRASIL. Lei 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Brasília, DF: 1971. Disponível em: . Acesso em 10 setembro de 2017

CARVALHO, Laerte Ramos de. **As Reformas Pombalinas da Instrução Pública.** São Paulo: Saraiva: Ed. Universidade de São Paulo, 1978

CERATTI, M. R. N. **Evasão escolar: causas e consequências.** Disponível em www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/242-4.pdf? Acesso em 16 de setembro de 2017.

CURY, C.R.J.**Os Parâmetros Curriculares Nacionais e o Ensino Fundamental.** In: Revista Brasileira de Educação- Anped, nº2, 1996, pp. 4-12.

DRAIBE, Sônia. **A política social no período FHC e o sistema de proteção social.** *Tempo soc.*[online]. 2003, vol.15, n.2, pp.63-101.

Educação de jovens e adultos: **uma memória contemporânea, 1996-2004.** Brasília: Ministério da Educação e Cultura, 2004. Disponível em:< <http://WWW.publicações.inep.gov.br>>. Acesso em: 07/10/2017.

FORQUIN, J. C. **As abordagens sociológicas do currículo: orientações teóricas e perspectivas de pesquisa.** **Educação e realidade.** Porto Alegre, 1996.

GADOTTI, M. **Educação e ordem classista.** São Paulo: Cortez, 1979.

HADDAD, Sérgio. **A educação continuada e as políticas públicas no Brasil.**

RIBEIRO, V. M. (Org.). In: **Educação de Jovens e Adultos: novos leitores, novas leituras.** Campinas: Mercado das Letras, Ação Educativa, 2001.

Lei 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Dispõe sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996.

LEMOS, M. E. P. de. Proposta curricular. In: Salto para o futuro – Educação de jovens e adultos. Brasília, v. 10, p. 19-27, 1999.

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. Verbetes Mobral (Movimento Brasileiro de Alfabetização). *Dicionário Interativo da Educação Brasileira - Educabrazil.* São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em:

<<http://www.educabrazil.com.br/mobral-movimento-brasileiro-de-alfabetizacao/>>.

Acesso em: 29 de out. 2017.

MOURA, Maria da Glória Carvalho. **Educação de Jovens e Adultos: um olhar**

MOURA, Maria da Glória Carvalho. **Educação de Jovens e Adultos: um olharsobre sua trajetória histórica/** Maria da Glória Carvalho Moura –

Curitiba: Educarte, 2003.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos.** Jomtien:

Conferência Mundial sobre Educação para Todos, 1990. Disponível em:<

<http://www.inep.gov.br>>. Acesso em 11/10/2017

PAIVA, Jane. **Tramando Concepções e Sentidos para Redizer o Direito à**

Educação de Jovens e Adultos. Rev. Bras. Educ., Dez 2006, vol.11, no.33, p.519-539. ISSN 1413-2478. Disponível em: .Acesso em: 20 de setembro de 2017.

SACRISTÁN, J.; PÉREZ GÓMEZ, A. I. **Compreender e transformar o ensino.**

Porto Alegre: Artmed, 1998.

SOARES, Leôncio José Gomes. **As políticas de EJA e as necessidades de aprendizagem dos jovens e adultos**. RIBEIRO, V. M. (Org.). In: Educação de Jovens e Adultos: novos leitores, novas leituras. Campinas: Mercado das Letras, Ação Educativa, 2001.

sobre sua trajetória histórica/ Maria da Glória Carvalho Moura – Curitiba: Educarte, 2003.

SOUZA JUNIOR, Mauro Roque de. O Mobral, um marco do regime militar. In:

SOUZA JUNIOR, Mauro Roque de. A Fundação Educar e a extinção das campanhas de alfabetização de adultos no Brasil. Tese (Doutorado) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Educação, 2012, p. 38-53 Disponível em: . Acesso em: 21 de jun. 2017.